

SUMÁRIO EXECUTIVO

LEVANTAMENTO DO ÍNDICE DE GOVERNANÇA E GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA (IGGSEG) – GOIÁS 2023



Objeto da Fiscalização

Levantamento do TCU para avaliar a governança e gestão em segurança pública envolvendo, em Goiás, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP-GO) e órgãos de segurança: Polícia Civil (PC-GO), Polícia Militar (PM-GO) e Diretoria-Geral de Polícia Penal (DGPP).

O TCU elaborou o modelo e os mecanismos de validação dos questionários, enquanto os Tribunais de Contas Estaduais, inclusive o TCE-GO, atuaram na operacionalização, aplicando os questionários para consolidação dos dados.

O levantamento coletou informações dos órgãos de segurança de acordo com quatro eixos avaliativos: Policiamento Ostensivo, Investigação Criminal, Serviços Penais e Plano Estadual de Segurança Pública e Estatísticas Criminais (Figura 1).

Figura 1. Eixos de avaliação do IGGSeg



Fonte: Adaptado de "Relatório de Levantamento para Elaboração do Modelo de Governança e Gestão em Segurança Pública (IGGSeg)", elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em 2020.

No decorrer do trabalho, foi incluída a Superintendência da Polícia Técnico-Científica como respondente de parte das questões do eixo "investigação criminal".



Objetivo da Fiscalização

Medir a maturidade de governança e gestão nas organizações de segurança pública do Estado de Goiás, por meio da coleta de dados e formação de um indicador numérico seguindo o modelo desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

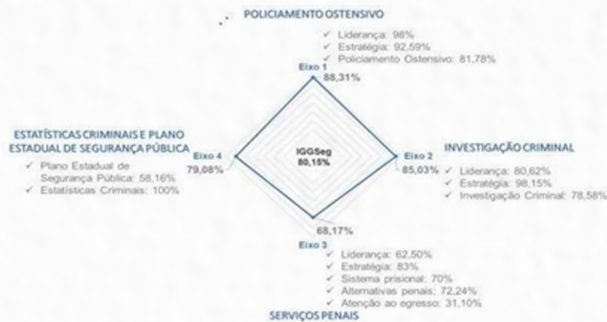




Principais conclusões do TCE-GO

Ao final dos trabalhos, apurou-se o IGGSeg Goiás em 80,15%, com os seguintes desdobramentos, por eixo: Policiamento Ostensivo (88,31%); Investigação Criminal (85,03%); Serviços Penais (68,17%); e Estatísticas Criminais e Plano Estadual de Segurança Pública (79,08%). O índice geral e os índices discriminados por eixo de avaliação seguem dispostos no gráfico a seguir.

Gráfico 1. IGGSeg – Goiás 2023: geral, por eixo e por macrodimensão de avaliação

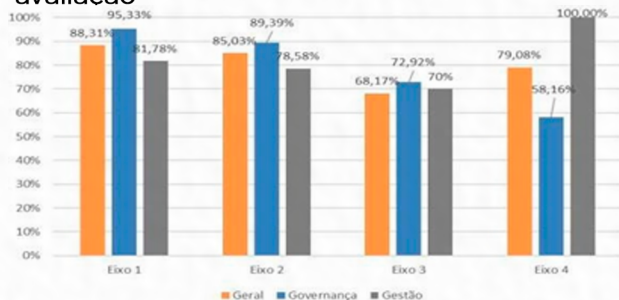


Fonte: Elaborado pela equipe técnica.

O índice geral apurado evidencia que o Estado de Goiás se encontra em estágio aprimorado de governança e gestão na área de segurança pública. Embora diversos pontos de melhoria sejam evidentes, de forma geral, as instituições fiscalizadas apresentam aderência a diversas boas práticas correlatas.

A discriminação do índice por eixos revela os pontos fortes e fracos que podem impulsionar ou constranger o sucesso das políticas públicas implementadas. Os Serviços Penais estão em estágio intermediário de maturidade, exigindo maior atenção dos formuladores de políticas públicas e dos gestores no sentido da necessidade de adoção de boas práticas. Os demais eixos (Policiamento Ostensivo, Investigação Criminal, e Estatísticas Criminais/Plano Estadual de Segurança Pública) obtiveram notas que os situam em nível aprimorado de governança e gestão. O gráfico a seguir desdobra os percentuais de cada eixo.

Gráfico 1. IGGSeg – Goiás 2023: geral, por eixo e por macrodimensão de avaliação



Fonte: Elaborado pela equipe técnica.





Deliberações do TCE-GO

Por meio do Acórdão nº 1966/2024, o TCE-GO decidiu:

I - Comunicar à SSP, PM, DGPC, DGAP e Superintendência de Polícia Técnico Científica sobre as informações levantadas, com o objetivo de fomentar ações de controle voltadas à mitigação dos riscos e fragilidades apontadas nas dimensões avaliadas.

II - Determinar à Secretaria de Controle Externo que inclua no Plano de Fiscalização vigente (ou no próximo) a realização de fiscalização operacional e os monitoramentos sugeridos na proposta de encaminhamento (programação de fiscalização e de monitoramento).

III - Remeter cópias do processo à Procuradoria-Geral de Justiça e à Comissão de Segurança Pública da Alego.



Benefícios esperados

A ciência das análises empreendidas pela equipe técnica do TCE-GO, em conjunto com os resultados apurados, será importante para que os jurisdicionados envolvidos possam, a seu critério, fomentar ações de controle voltadas à mitigação dos riscos e fragilidades apontadas nas dimensões avaliadas. Por outro lado, considerando que o objetivo do Levantamento é subsidiar trabalhos futuros de fiscalização, conforme art. 238, IV, RITCE-GO, foi possível, a partir desses apontamentos, propor uma atuação mais robusta desta Corte de Contas.



Acórdão

Acórdão nº 1966/2024.

Relator: Conselheiro Edson Ferrari

Disponível para consulta pública em:

<http://www.tce.go.gov.br/ConsultaProcesso?proc=359809>

